



# **Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025**

*Serra Pará Participações S.A.*

---



**Serra Pará Participações S.A****Demonstração financeiras individuais e consolidadas**

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

**ÍNDICE**

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas .....</b>	<b>3</b>
<b>Demonstração dos fluxos de caixa .....</b>	<b>5</b>
<b>Demonstração dos resultados.....</b>	<b>6</b>
<b>Balanço patrimonial.....</b>	<b>7</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....</b>	<b>8</b>
<b>Notas explicativas.....</b>	<b>9</b>
<b>1. Contexto e mudanças significativas .....</b>	<b>9</b>
1.1 Informações gerais.....	9
1.2 Base de preparação e políticas contábeis .....	11
1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação .....	11
<b>2. Principais informações financeiras .....</b>	<b>11</b>
2.1 Resultado do exercício.....	11
2.2 Ativos e passivos financeiros .....	14
2.3 Ativos e passivos não-financeiros.....	20
2.4 Patrimônio líquido .....	23
<b>3. Estimativas críticas e riscos .....</b>	<b>24</b>
3.1 Estimativas críticas e julgamentos.....	24
3.2 Gestão de riscos .....	25
3.3 Risco regulatório .....	25
3.4 Riscos de mercado .....	26
3.5 Risco de crédito .....	26
3.6 Risco de liquidez.....	26
<b>4. Itens não reconhecidos .....</b>	<b>27</b>
4.1 Contingências .....	27
<b>5. Outras informações .....</b>	<b>28</b>
5.1 Transações com partes relacionadas .....	28
5.2 Seguros .....	29
<b>6. Principais práticas contábeis adotadas .....</b>	<b>29</b>
6.1 Caixa e equivalentes de caixa .....	29
6.2 Imobilizado .....	29
6.3 Intangível.....	30
6.4 Redução ao valor recuperável (“ <i>impairment</i> ”).....	31
6.5 Empréstimos e financiamentos.....	31
6.6 Provisões.....	31
6.7 Tributação.....	32
6.8 Outros ativos e passivos .....	33
6.9 Reconhecimento de receita - Consolidado .....	33
6.10 Instrumentos financeiros .....	33
6.11 Passivo de arrendamentos.....	34
6.12 Novos pronunciamentos em vigor no exercício corrente.....	34
6.13 Normas emitidas, mas ainda não vigentes .....	34

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da  
**Serra Pará Participações S.A.**  
Serra do Mel – RN

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Serra Pará Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Serra Pará Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável

é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2026.

Forvis Mazars Auditores Independentes  
CRC 2SP023701/O-8

Assinado por:

  
7017104222064EF  
Marcelo Nogueira de Andrade  
Contador CRC RJ 086312/O-6

## Serra Pará Participações S.A.



## Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro antes do IRPJ e CSLL	9.635	16.822	17.065	23.071
<b>Ajustes por</b>				
Resultado de equivalência patrimonial	(9.647)	(15.132)	-	-
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	-	-	(1.073)	(1.142)
Resultado financeiro - provisão de juros	2.1.3	-	22.959	20.198
Ajuste a valor presente	-	-	91	83
Depreciações e amortizações	2.2.1	-	14.438	14.582
Penalidades contratuais - provisão	-	-	17.796	16.711
Penalidades contratuais - atualização financeira	2.1.13	-	217	65
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	2.621	-
Provisão para contingências	-	-	90	-
<b>Aumento / diminuição em ativos e passivos</b>				
Contas a receber	-	-	(9.175)	(3.729)
Impostos a recuperar	-	1.377	(83)	35
Contas a receber - Partes relacionadas	-	-	866	(768)
Outros ativos	490	(916)	1.325	2.615
Fornecedores	(1)	(2)	3.099	6.715
Obrigações fiscais e trabalhistas	(542)	(36)	(1.611)	(3.157)
Penalidades contratuais - Pagamentos	-	-	(1.843)	-
Contas a pagar – partes relacionadas	277	-	741	202
Redução em outros passivos	-	-	-	96
<b>Recursos provenientes das atividades operacionais</b>	<b>212</b>	<b>2.113</b>	<b>67.523</b>	<b>75.577</b>
Juros pagos sobre financiamento	2.1.11	-	(15.053)	(14.468)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(4.057)	(5.611)
<b>Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (consumidos) pelas atividades operacionais</b>	<b>212</b>	<b>2.113</b>	<b>48.413</b>	<b>55.498</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>				
Resgates (aplicações) em títulos e valores mobiliários	-	-	(1.008)	(3.902)
Dividendos recebidos	5.1	3.594	17.680	-
(Aquisições) baixas de imobilizado	2.2.1	-	573	(858)
(Aquisições) baixas de intangível	2.2.2	-	(196)	(4)
(Aquisições) baixas de investimento	-	45.977	-	-
<b>Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (consumidos) pelas atividades de investimento</b>	<b>3.594</b>	<b>63.657</b>	<b>(631)</b>	<b>(4.764)</b>
<b>Fluxos de caixa de atividades de financiamento</b>				
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	2.1.11	-	(17.576)	(19.342)
Passivo de arrendamento	2.1.12	-	(1.266)	(1.229)
Dividendos pagos	5.1	(3.867)	(3.867)	(55.510)
Aumento (redução) de capital social	2.3	-	(32.210)	(32.210)
<b>Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (aplicados) pelas atividades de financiamento</b>	<b>(3.867)</b>	<b>(87.720)</b>	<b>(22.709)</b>	<b>(108.291)</b>
<b>Aumento (redução) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(61)</b>	<b>(21.950)</b>	<b>25.073</b>	<b>(57.557)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.2.2	97	43.736	101.293
<b>Aumento (redução) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(61)</b>	<b>(21.950)</b>	<b>25.073</b>	<b>(57.557)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.1.7	36	68.809	43.736
<b>Transações que não afetam o caixa</b>				
Passivos de arrendamento	2.2.7	-	648	603

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Serra Pará Participações S.A.****Demonstração dos resultados**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional com fornecimento de energia	2.1.1 (a)	-	-	79.148	81.259
Outras receitas operacionais	2.1.1 (b)	-	-	2.970	-
Custos operacionais	2.1.2	-	-	(47.064)	(45.264)
<b>Resultado bruto</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>35.054</b>	<b>35.995</b>
<b>Despesas operacionais</b>					
Outras receitas (despesas)		-	-	(90)	-
Despesas administrativas	2.1.2	(67)	(96)	(2.947)	(2.097)
Resultado de equivalência patrimonial		9.647	15.132	-	-
<b>Lucro antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro</b>		<b>9.580</b>	<b>15.036</b>	<b>32.017</b>	<b>33.898</b>
Despesas financeiras		-	(1)	(24.094)	(20.801)
Receitas financeiras		55	1.787	9.142	9.974
<b>Resultado financeiro</b>	2.1.3	<b>55</b>	<b>1.786</b>	<b>(14.952)</b>	<b>(10.827)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>9.532</b>	<b>16.822</b>	<b>17.065</b>	<b>23.071</b>
Imposto de renda e contribuição social	2.1.4	(2)	(537)	(7.432)	(6.786)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>9.633</b>	<b>16.285</b>	<b>9.633</b>	<b>16.285</b>

A Companhia não possui outros resultados abrangentes além do resultado do exercício, razão pela qual optou por não apresentar a Demonstração dos resultados abrangentes.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Serra Pará Participações S.A.****Balanço patrimonial**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalente de caixa	2.2.2	36	97	68.809	43.736
Contas a receber	2.2.4	-	-	23.675	16.910
Impostos a recuperar		-	-	83	-
Dividendos a receber - Partes relacionadas	5.1	2.294	3.594	-	-
Contas a receber - Partes relacionadas	5.1	-	-	47	913
Outros ativos		489	978	2.165	3.440
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>2.819</b>	<b>4.669</b>	<b>94.779</b>	<b>64.999</b>
<b>Não circulante</b>					
Títulos e valores mobiliários	2.2.3	-	-	21.684	19.603
Investimentos	2.3.3	254.841	247.486	-	-
Outros ativos		-	-	211	262
Imobilizado	2.3.1	-	-	357.051	371.095
Intangível	2.3.2	-	-	3.440	3.563
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>254.841</b>	<b>247.486</b>	<b>382.386</b>	<b>394.523</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>257.660</b>	<b>252.155</b>	<b>477.165</b>	<b>459.522</b>

  

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	2.2.5	2	3	14.557	11.458
Empréstimos e financiamentos	2.2.6	-	-	19.046	18.171
Obrigações fiscais e trabalhistas		-	537	2.795	1.057
Penalidades contratuais	2.1.8	-	-	46.604	7.596
Dividendos - Partes relacionadas	5.1	2.288	3.867	2.288	3.867
Contas a pagar - Partes relacionadas	5.1	277	-	1.126	385
Passivo de arrendamentos	2.2.7	-	-	39	34
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>2.567</b>	<b>4.407</b>	<b>86.455</b>	<b>42.568</b>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	2.2.6	-	-	120.302	132.103
Penalidades contratuais	2.1.8	-	-	-	22.583
Passivo de arrendamentos	2.1.7	-	-	14.145	13.531
Outras provisões pela desmobilização de ativos		-	-	1.080	989
Provisões para contingências		-	-	90	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>135.617</b>	<b>169.206</b>
<b>Total passivo</b>		<b>2.567</b>	<b>4.407</b>	<b>222.072</b>	<b>211.774</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	2.3				
Capital social		230.001	230.001	230.001	230.001
Reservas de lucro		25.092	17.747	25.092	17.747
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>255.093</b>	<b>247.748</b>	<b>255.093</b>	<b>247.748</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>257.660</b>	<b>252.155</b>	<b>477.165</b>	<b>459.522</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Serra Pará Participações S.A.****Demonstração das mutações do patrimônio líquido**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Capital Social	Reservas de Lucros			Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva de Lucros	Total		
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>262.211</b>	<b>5.330</b>	<b>50.961</b>	<b>56.291</b>	<b>-</b>	<b>318.502</b>
Redução de capital	(32.210)	-	-	-	-	(32.210)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	16.285	16.285
<b>Destinação do lucro</b>						
Constituição de reserva legal	-	815	-	815	(815)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(3.868)	(3.868)
Dividendo adicional	-	-	(50.961)	(50.961)	-	(50.961)
Lucros retidos a deliberar	-	-	11.602	11.602	(11.602)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>230.001</b>	<b>6.145</b>	<b>11.602</b>	<b>17.747</b>	<b>-</b>	<b>247.748</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	9.633	9.633
<b>Destinação do lucro</b>						
Constituição de reserva legal	-	481	-	481	(481)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(2.288)	(2.288)
Lucros retidos a deliberar	-	-	6.864	6.864	(6.864)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>230.001</b>	<b>6.626</b>	<b>18.466</b>	<b>25.092</b>	<b>-</b>	<b>255.093</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro 2025**

 Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma
 

---

## Notas explicativas

### 1. Contexto e mudanças significativas

Esta seção provê informações gerais sobre a Companhia e descreve a base de preparação das demonstrações financeiras.

#### 1.1 Informações gerais

A Serra Pará Participações S.A. (Companhia), sociedade por ações constituída em 15 de junho de 2015, tem sede administrativa e foro jurídico na Rua Bandeira Paulista, nº 275 - 1º andar, CEP 04532-010, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto a participação direta ou indireta em sociedades organizadas sob qualquer natureza jurídica.

As controladas têm por objeto a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a geração e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica desenvolvidos nos parques eólicos denominados Vila Pará I, Vila Pará II, Vila Pará III e Vila Amazonas V. As controladas entraram em operação a partir do quarto terceiro de 2016 e suas necessidades de caixa são cobertas por intermédio do empréstimo firmado junto ao BNDES e das receitas advindas de suas operações.

As participações societárias diretas são as seguintes:

Empreendimento	% Participação
Usina de Energia Eólica Vila Amazonas V SPE S.A. ("Vila Amazonas V")	100,00%
Usina de Energia Eólica Vila Pará I SPE S.A. ("Vila Pará I")	100,00%
Usina de Energia Eólica Vila Pará II SPE S.A. ("Vila Pará II")	100,00%
Usina de Energia Eólica Vila Pará III SPE S.A. ("Vila Pará III")	100,00%

#### **Autorização da Usina de Energia Eólica Vila Amazonas V SPE S.A. ("Parque Eólico Amazonas V")**

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 432 de 21 de agosto de 2014 autorizou o Parque Eólico Amazonas V a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Vila Amazonas V. A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 21 de agosto de 2014 e o término em 21 de agosto de 2049, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e a pedido do Parque Eólico Amazonas V.

A energia elétrica produzida pelo Parque Eólico Amazonas V destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96.

Em 19 de julho de 2016 o Parque Eólico Amazonas V teve alteração de características técnicas aprovadas através do Despacho Aneel nº 1.915, alterando de 10 para 8 unidades geradoras, alterando a potência instalada total de 30.000 kW para 24.000 kW, assim como alterou as características técnicas do Sistema de Transmissão de Interesse Restrito.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

**Autorização da Usina de Energia Eólica Vila Pará I SPE S.A. (“Parque Eólico Vila Pará I”)**

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 445 de 28 de agosto de 2014 autorizou o Parque Vila Pará I a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Vila Pará I. A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 29 de agosto de 2014 e o término em 29 de agosto de 2049, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e a pedido do Parque Eólico Vila Pará I.

A energia elétrica produzida pelo Parque Eólico Vila Pará I destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96.

Em 19 de julho de 2016 o Parque Eólico Vila Pará I teve alteração de características técnicas aprovadas através do Despacho Aneel nº 1.912, alterando de 10 para 9 unidades geradoras, alterando a potência instalada total de 30.000 kW para 27.000 kW, assim como alterou também as características técnicas do Sistema de Transmissão de Interesse Restrito.

**Autorização da Usina de Energia Eólica Pará II SPE S.A. (“Parque Eólico Pará II”)**

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 439 de 25 de agosto de 2014 autorizou Parque Eólico Pará II a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Vila Pará II. A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 25 de agosto de 2014 e o término em 25 de agosto de 2049, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e a pedido do Parque Eólico Pará II.

A energia elétrica produzida pelo Parque Eólico Pará II destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96.

Em 19 de julho de 2016, o Parque Eólico Pará II teve alteração de características técnicas aprovadas através do Despacho Aneel nº 1.913, alterando de 10 para 8 unidades geradoras, alterando a potência instalada total de 30.000 kW para 24.000 kW, assim como alterou as características técnicas do Sistema de Transmissão de Interesse Restrito.

**Autorização da Usina de Energia Eólica Pará III SPE S.A. (“Parque Eólico Pará III”)**

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 459 de 02 de setembro de 2014 autorizou o Parque Eólico Pará III a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Vila Pará III. A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 02 de setembro de 2014 e o término em 02 de setembro de 2049, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e a pedido do Parque Eólico Pará III.

A energia elétrica produzida pelo Parque Eólico Pará III destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96.

Em 19 de julho de 2016, o Parque Eólico Pará III teve alteração de características técnicas aprovadas através do Despacho Aneel nº 1.914, alterando de 10 para 8 unidades geradoras, alterando a potência instalada total de 30.000 kW para 24.000 kW, assim como alterou as características técnicas do Sistema de Transmissão de Interesse Restrito.

**Serra Pará Participações S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

**Aprovação das demonstrações financeiras**

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 29 de maio de 2026.

**1.2 Base de preparação e políticas contábeis**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). Desta forma, foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão, de acordo com o CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

**1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**2. Principais informações financeiras****2.1 Resultado do exercício****2.1.1 Receita operacional****2.1.1(a) Receita operacional com fornecimento de energia, líquida**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Vila Amazonas V</b>		
Receita bruta de fornecimento - CCEAR	20.884	19.910
Receita bruta de fornecimento - ACL	3.716	3.555
Receita bruta de fornecimento - ACL - Parte relacionada	196	512
Receita bruta de fornecimento - CCEE	3	114
Receita Bruta de fornecimento - Geração própria	-	8
Certificado de Energia Renovável (IREC)	-	442
Ressarcimento	-	1.366
<b>Total Receita Bruta</b>	<b>24.799</b>	<b>25.907</b>
<b>Vila Pará I</b>		
Receita bruta de fornecimento - CCEAR	23.209	22.119
Receita bruta de fornecimento - ACL	2.850	2.726
Receita bruta de fornecimento - CCEE	396	92
Receita Bruta de fornecimento - Geração própria	-	7
Receita Bruta de fornecimento - Parte relacionada	220	549
Certificado de Energia Renovável - IREC	-	596
Ressarcimento	-	764
<b>Total Receita Bruta</b>	<b>26.675</b>	<b>26.853</b>
<b>Vila Pará II</b>		
Receita bruta de fornecimento - CCEAR	21.119	20.134
Receita bruta de fornecimento - ACL	1.965	1.880
Receita bruta de fornecimento - ACL - Partes relacionadas	388	1.440
Receita bruta de fornecimento - CCEE	1.230	63
Receita Bruta de fornecimento - Geração própria	-	9
Certificado de Energia Renovável (IREC)	-	470
Ressarcimento	-	335
<b>Total Receita Bruta</b>	<b>24.702</b>	<b>24.331</b>
<b>Vila Pará III</b>		
Receita bruta de fornecimento - CCEAR	20.885	19.912
Receita bruta de fornecimento - ACL	1.780	1.702

**Serra Pará Participações S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Receita bruta de fornecimento - ACL - Partes relacionadas	372	1.216
Receita bruta de fornecimento - CCEE	874	145
Receita bruta de fornecimento - Geração própria	-	7
Certificado de Energia Renovável (IREC)	-	426
Ressarcimento	-	275
<b>Total Receita Bruta</b>	<b>23.911</b>	<b>23.683</b>
<b>Ressarcimento (Penalidades) - CCEE</b>		
Vila Amazonas V	(7.185)	(5.684)
Vila Pará I	(3.427)	(4.561)
Vila Pará II	(3.121)	(3.905)
Vila Pará III	(4.063)	(2.452)
<b>Total Ressarcimento (Penalidades)</b>	<b>(17.796)</b>	<b>(16.602)</b>
<b>Tributos Sobre Receita</b>		
Vila Amazonas V	(673)	(674)
Vila Pará I	(917)	(768)
Vila Pará II	(809)	(720)
Vila Pará III	(744)	(751)
<b>Total Tributos Sobre Receita</b>	<b>(3.143)</b>	<b>(2.913)</b>
<b>Total Receita Operacional Líquida</b>	<b>79.148</b>	<b>81.259</b>

**2.1.1(b) Outras receitas operacionais**

	31/12/2025				
	Vila Amazonas V	Vila Pará I	Vila Pará II	Vila Pará III	Total
Outras receitas operacionais	1.612	845	1.657	1.477	5.591
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(900)	(460)	(753)	(508)	(2.621)
<b>Outras receitas operacionais, líquida</b>	<b>712</b>	<b>385</b>	<b>904</b>	<b>969</b>	<b>2.970</b>

  

	Consolidado				
	31/12/2024				
	Vila Amazonas V	Vila Pará I	Vila Pará II	Vila Pará III	Total
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	-
Tributos sobre receita	-	-	-	-	-
<b>Outras receitas operacionais, líquida</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

O saldo do ano refere-se a:

- Os créditos a receber decorrentes das cláusulas de indenização por indisponibilidade técnica previstas nos contratos junto aos fornecedores configuram direitos contratuais já constituídos, de natureza indenizatória. A incerteza existente limita-se ao momento e à forma de liquidação financeira, não afetando a existência do direito. Dessa forma foi constituído em 31 de dezembro de 2025 o montante de (R\$ 2.621) a título de provisão para perdas de crédito.

**Serra Pará Participações S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

**2.1.2 Custos e despesas por natureza**

	Controladora			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Custos	Despesas administrativas	Custos	Despesas administrativas
Despesas administrativas gerais	-	(18)	-	(38)
Serviços de terceiros	-	(49)	-	(58)
	-	(67)	-	(96)

  

	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Custos	Despesas administrativas	Custos	Despesas administrativas
Depreciações e amortizações	(14.438)	-	(14.582)	-
Serviços de operação e manutenção	(11.044)	-	(10.758)	-
Encargos setoriais	(5.841)	-	(5.735)	-
Serviços de operação e manutenção - Parte relacionada	(3.872)	-	(2.906)	-
Energia comprada para revenda	(8.173)	-	(6.988)	-
Energia comprada para revenda - Parte relacionada	(1.841)	-	(1.177)	-
Certificados de energia e créditos de carbono	-	-	(780)	-
Certificados de energia e créditos de carbono - Parte relacionada	(4)	-	(37)	-
Aluguel	(591)	-	(1.063)	-
Seguros	(1.260)	-	(1.238)	-
Despesas administrativas gerais	-	(1.238)	-	(139)
Serviços de terceiros	-	(1.709)	-	(1.958)
	(47.064)	(2.947)	(45.264)	(2.097)

**2.1.3 Resultado financeiro**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimentos de aplicações financeiras	8	1.870	9.090	10.038
Outras receitas financeiras	50	4	55	23
Tributos sobre receita financeira	(3)	(87)	(3)	(87)
<b>Total</b>	<b>55</b>	<b>1.787</b>	<b>9.142</b>	<b>9.974</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(21.703)	(18.997)
Variação cambial passiva	-	-	-	(2)
Juros sobre passivos de arrendamentos	-	-	(1.256)	(1.201)
Ajuste a valor presente	-	-	(91)	(83)
Atualização penalidades suspensas	-	-	(217)	-
Outras despesas financeiras	-	(1)	(827)	(518)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(1)</b>	<b>(24.094)</b>	<b>(20.801)</b>
<b>Total de resultado financeiro</b>	<b>55</b>	<b>1.786</b>	<b>(14.952)</b>	<b>(10.827)</b>

**Serra Pará Participações S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

**2.1.4 Imposto de renda e contribuição social****2.1.4 (a) Controladora**

	<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	9.532	16.822
Alíquota nominal	34%	34%
<b>IRPJ e CSLL pela alíquota nominal</b>	<b>(3.241)</b>	<b>(5.719)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	3.246	5.145
SUDENE	-	-
Outras diferenças	(7)	37
<b>Despesa de IRPJ e CSLL</b>	<b>(2)</b>	<b>(537)</b>
Alíquota efetiva	0%	3%

**2.1.4 (b) Consolidado**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Receita Bruta de vendas (Nota 2.1.1)</b>	<b>100.087</b>	<b>100.774</b>
Ressarcimento	-	(2.740)
Penalidade (Ressarcimento)	(17.796)	(16.602)
<b>Base ajustada</b>	<b>82.291</b>	<b>81.432</b>
Presunção Imposto de Renda - 8% (a)	6.583	6.515
Presunção contribuição social - 12% (b)	9.875	9.772
Demais Receitas e Ganhos de capital (c)	14.472	12.650
<b>Base de Cálculo - IRPJ (a)+(c)</b>	<b>21.055</b>	<b>19.165</b>
Imposto de renda: 15%	3.159	2.875
Adicional de Imposto de Renda: 10%	2.082	1.893
<b>Total IRPJ</b>	<b>5.241</b>	<b>4.768</b>
<b>Base de Cálculo - CSLL (b)+(c)</b>	<b>24.347</b>	<b>22.422</b>
Contribuição social: 9%	2.191	2.018
<b>Total de CSLL</b>	<b>2.191</b>	<b>2.018</b>
<b>Total IRPJ e CSLL</b>	<b>7.432</b>	<b>6.786</b>

**2.2 Ativos e passivos financeiros**

Esta nota provê informações sobre os ativos e passivos financeiros da Companhia, incluindo:

- Uma visão geral dos ativos e passivos financeiros por categoria; e
- Informações específicas para cada tipo de instrumento financeiro.

**Serra Pará Participações S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

**2.2.1 Instrumentos financeiros por categoria**

A Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Ativos financeiros ao custo amortizado</b>		
Caixa e equivalente de caixa	68.809	43.736
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	23.722	17.823
Títulos e valores mobiliários	21.684	19.603
<b>Total de ativos financeiros</b>	<b>114.215</b>	<b>81.162</b>
<b>Passivos financeiros ao custo amortizado</b>		
Fornecedores	(14.557)	(11.458)
Empréstimos e financiamentos	(139.348)	(150.274)
Passivo de arrendamento	(14.184)	(13.565)
Penalidades contratuais	(46.604)	(30.179)
Contas a pagar e dividendos - Partes relacionadas	(3.414)	(4.252)
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>(218.107)</b>	<b>(209.728)</b>
<b>Ativos (passivos) financeiros, líquidos</b>	<b>(103.892)</b>	<b>(128.566)</b>

**2.2.2 Caixa e equivalentes de caixa**

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Caixa e bancos	1	6	13	20
Aplicações financeiras	35	91	68.796	43.716
	<b>36</b>	<b>97</b>	<b>68.809</b>	<b>43.736</b>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de variação de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário com liquidez imediata. O CDB é um título de renda fixa cuja rentabilidade varia de 96,5% a 97% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário e está mantido junto a uma instituição financeira de rating B classificado pela Standard & Poor's.

**Serra Pará Participações S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

**2.2.3 Títulos e valores mobiliários**

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Serviço da dívida - empréstimo BNDES (1)	8.497	8.048
Trianon (2)	1.473	339
Centralizadora (3)	8.855	8.423
Serviços de manutenção - O&M (1)	2.859	2.793
<b>Total</b>	<b>21.684</b>	<b>19.603</b>

Os títulos e valores mobiliários são compostos, principalmente, por:

- (1) Contas reservas que foram constituídas em junho de 2017 e visam garantir o pagamento dos serviços de dívida com o BNDES e dos principais prestadores de serviços necessários para operar e realizar a manutenção dos parques. O valor destinado a constituição das contas reserva do Serviço da Dívida e de O&M deve corresponder, minimamente em 31 de dezembro de 2025, a três vezes o valor gasto no referido mês com a amortização do financiamento de longo prazo (principal e encargos) e dos contratos de operação e manutenção mencionados no contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios.
- (2) Trianon: Conta corrente que todos os agentes do setor elétrico possuem a obrigação de ter no Banco Bradesco agência Trianon e nela transitam todas as liquidações da CCEE, sejam recebimentos ou pagamentos. Além de ser uma conta utilizada para os aportes de garantias na CCEE.
- (3) Centralizadora: Conta corrente de titularidade da Companhia mantida junto ao banco administrador (Bradesco), não sendo possível realizar movimentações sem prévia autorização deste banco e, que não estejam contratualmente estabelecidas. Esta conta possui como finalidade exclusiva a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos cedidos pela Companhia, em garantia aos contratos de empréstimos (nota 2.2.6).

Tais recursos são aplicados em Fundo de investimento conforme estabelecido no contrato de cessão fiduciária, cuja gestão compete ao banco administrador de contas. O fundo busca acompanhar as variações do benchmark e seu desempenho nos últimos 12 meses foi de 99,37% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

**Serra Pará Participações S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

**2.2.4 Contas a receber de clientes**

	Consolidado				
	31/12/2025				
	Vila Amazonas V	Vila Pará I	Vila Pará II	Vila Pará III	Total
<b>Ativo circulante</b>					
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia	11	-	255	386	652
Distribuidoras diversas - Ambiente de contratação regulada	2.032	2.789	3.941	3.496	12.258
Contrato bilaterais - Ambiente de contratação livre	2.761	1.973	167	151	5.052
Clientes diversos	2.561	1.225	2.852	1.696	8.334
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(900)	(460)	(753)	(508)	(2.621)
<b>Total</b>	<b>6.465</b>	<b>5.527</b>	<b>6.462</b>	<b>5.221</b>	<b>23.675</b>

	Consolidado				
	31/12/2024				
	Vila Amazonas V	Vila Pará I	Vila Pará II	Vila Pará III	Total
<b>Ativo circulante</b>					
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia	210	320	339	276	1.145
Distribuidoras diversas - Ambiente de contratação regulada	2.287	2.537	2.321	2.303	9.448
Contrato bilaterais - Ambiente de contratação livre	2.615	1.375	1.689	638	6.317
<b>Total</b>	<b>5.112</b>	<b>4.232</b>	<b>4.349</b>	<b>3.217</b>	<b>16.910</b>

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às vendas de energia para distribuidoras diversas é de 45 dias da data do faturamento.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo em aberto com mais de 90 dias refere-se à operação de venda de energia junto a CCEE, e está sendo liquidado parceladamente ao longo dos meses, sendo assim a Administração da Companhia entende não haver necessidade de constituir a provisão para crédito de liquidação duvidosa.

Os contratos de venda de energia foram cedidos em garantia ao financiamento do BNDES (Nota 2.2.6).

**2.2.5 Fornecedores**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Energia	-	-	1.128	361
Serviços de terceiros	2	3	10.065	8.614
Seguros	-	-	1.542	1.482
Encargos setoriais	-	-	1.506	544
Aluguel	-	-	312	454
Outros fornecedores	-	-	4	3
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>14.557</b>	<b>11.458</b>

**Serra Pará Participações S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

**2.2.6 Empréstimos e financiamentos****2.2.6(a) Composição de saldo**

Controlada	Financiamentos	Encargos financeiros incidentes	Moeda	Prazo do contrato	31/12/2025	31/12/2024
Vila Amazonas V	BNDES	TJLP + 2,45% a.a.	Real	09/01/2017 - 15/06/2033	32.512	35.084
Vila Pará I	BNDES	TJLP + 2,45% a.a.	Real	09/01/2017 - 15/06/2033	38.995	41.986
Vila Pará II	BNDES	TJLP + 2,45% a.a.	Real	09/01/2017 - 15/06/2033	33.890	36.565
Vila Pará III	BNDES	TJLP + 2,45% a.a.	Real	09/01/2017 - 15/06/2033	33.953	36.639
	Total circulante				19.046	18.171
	Total não circulante				120.302	132.103

O financiamento junto ao BNDES possui custos de transação que são apropriados ao resultado conforme tempo total de contrato e são registrados em conta redutora no passivo da Companhia.

A taxa efetiva em 31 de dezembro de 2025 é de 11,75% em Amazonas V, 12,28% em Pará I, 11,83% em Pará II e 11,76% em Pará III. (Em 31 de dezembro de 2024 era de 13,47% em Amazonas V, Pará I, Pará II e Pará III).

**2.2.6(b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos, nos exercícios**

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>150.274</b>	<b>165.087</b>
Juros incorridos	21.703	18.997
Juros pagos	(15.053)	(14.468)
Amortização de principal	(17.576)	(19.342)
<b>Saldo final</b>	<b>139.348</b>	<b>150.274</b>

**2.2.6(c) Cláusulas restritivas**

O financiamento junto ao BNDES estabelece que o Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD") deve ser igual ou superior a 1,3 sendo calculado ao término do exercício social da Companhia. Para 31 de dezembro de 2025, o índice calculado foi de 1,28 (1,31 em 31 de dezembro de 2024).

	Vila Amazonas V	Vila Pará I	Vila Pará II	Vila Pará III	Serra Pará	Total
Lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2025	608	3.042	3.669	2.327	8	9.654
(+) Provisão de imposto de renda e contribuição social	1.956	1.824	1.873	1.777	2	7.432
(+/-) Resultado financeiro	2.997	4.436	3.827	3.740	(78)	14.922
(+) Depreciação e amortização	3.420	3.691	3.489	3.839	-	14.439
<b>EBITDA</b>	<b>8.981</b>	<b>12.993</b>	<b>12.858</b>	<b>11.683</b>	<b>(68)</b>	<b>46.447</b>
(-) Despesas de Imposto de renda e contribuição social no período de 12 meses, líquidas de diferimento	(1.157)	(1.837)	(962)	(1.135)	17	(5.074)
<b>(A) Geração de caixa da atividade, ajustada</b>	<b>7.824</b>	<b>11.156</b>	<b>11.896</b>	<b>10.548</b>	<b>(51)</b>	<b>41.373</b>

**Serra Pará Participações S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

(B) Serviço da dívida no ano de referência, correspondente ao somatório do valor do principal e juros da dívida com o BNDES	7.563	8.918	7.901	7.901	-	32.283
Índice de cobertura do serviço de dívida (A) / (B)	1,03	1,25	1,51	1,34	-	1,28

**2.2.6(d) Garantias**

São garantias do contrato do BNDES o penhor de ações, a cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens (33 turbinas para a geração de energia conforme mencionado na Nota 2.3.1), fiança bancária durante a construção e até a conclusão física e financeira do projeto conforme definido nas cláusulas contratuais, e contas reserva no valor de 3 meses de serviço da dívida e 3 meses de operação e manutenção.

**2.2.7 Passivo de arrendamento**

A movimentação do passivo de arrendamento está assim demonstrada:

Passivo de arrendamentos	31/12/2024	Juros	Pagamentos	Atualização contratual	Adições / Baixas	Transf CP / LP	31/12/2025
Passivo Circulante	34	-	-	-	(2)	6	39
Passivo Não Circulante	13.531	1.256	(1.266)	630	-	(6)	14.145
<b>Total no Passivo</b>	<b>13.565</b>	<b>1.256</b>	<b>(1.266)</b>	<b>630</b>	<b>(2)</b>	<b>-</b>	<b>14.184</b>

**Consolidado**

Passivo de arrendamentos	31/12/2023	Juros	Pagamentos	Atualização contratual	Transf CP / LP	31/12/2024
Passivo Circulante	28	-	-	-	6	34
Passivo Não Circulante	12.966	1.201	(1.229)	599	(6)	13.531
<b>Total no Passivo</b>	<b>12.994</b>	<b>1.201</b>	<b>(1.229)</b>	<b>599</b>	<b>-</b>	<b>13.565</b>

**2.2.8 Penalidades contratuais**

O contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEARS) prevê a verificação Anual e Quadrienal quanto ao cumprimento contratual.

Para a apuração dos montantes são verificadas as diferenças entre a geração da usina e a energia contratada. Na verificação anual (período de janeiro a dezembro de cada ano), caso a geração neste período seja menor do que 90% da energia contratada, haverá o ressarcimento anual por desvios negativos de geração, essa diferença (Geração - 90% do Contrato) deverá ser paga em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte. Esse montante deverá ser valorado ao maior valor entre preço de venda atualizado ou média do PLD (Preço das Liquidações das Diferenças divulgado pela CCEE) do ano do cálculo, conforme expresso na cláusula 8ª do referido contrato.

Para a verificação quadrienal, será feita a cada período de 4 anos (janeiro a dezembro), que se repetirá 5 vezes durante o período contratual (20 anos), serão verificados a geração da usina e a energia contratada dos últimos 4 anos, caso a geração neste período esteja entre 90% e 100% da energia contratada, o ressarcimento quadrienal por desvios negativos de geração será pago

**Serra Pará Participações S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado ao maior valor entre preço de venda atualizado ou média do PLD (preço das liquidações das diferenças divulgado pela CCEE) dos quatros anos do cálculo, conforme expresso na cláusula 8ª do referido contrato.

Em 24 de novembro de 2025 foi promulgada a Lei nº 15.269/2025, que define um novo marco regulatório para o setor elétrico, trazendo dispositivos que permitirão compensação financeira aos agentes de geração de energia eólica conectados ao Sistema Interligado Nacional (SIN), visando cobrir perdas financeiras decorrentes de cortes de geração motivados por indisponibilidade externa ou por requisitos de confiabilidade elétrica da operação do sistema. Tal compensação será aplicada aos eventos ocorridos entre 1º de setembro de 2023 e a data de entrada em vigor desta Lei, estando condicionada ao atendimento dos requisitos nesta previstos, incluindo a celebração de termo de compromisso com o Poder Concedente.

Na data-base das demonstrações financeiras, a Administração avaliará o cumprimento das condições para o enquadramento da Companhia no referido mecanismo, portanto não houve reconhecimento contábil à referida compensação, sendo o assunto divulgado para fins informativos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os montantes registrados estão apresentados a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Saldo inicial	30.179	13.403
Atualização financeira	217	65
Pagamentos penalidades	(1.843)	-
Penalidade contratual - em curso	18.051	16.711
<b>Saldo final</b>	<b>46.604</b>	<b>30.179</b>
Passivo circulante	46.604	7.596
Passivo não circulante	-	22.583

**2.3 Ativos e passivos não-financeiros****2.3.1 Imobilizado**

	<b>Consolidado</b>			
	<b>31/12/2025</b>		<b>31/12/2024</b>	
	<b>Custo Histórico</b>	<b>Valor Líquido</b>	<b>Custo Histórico</b>	<b>Valor líquido</b>
<b>Imobilizado em operação</b>				
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	518.751	342.730	517.915	356.801
<b>Total do imobilizado em operação</b>	<b>518.751</b>	<b>342.730</b>	<b>517.915</b>	<b>356.801</b>
<b>Bens em operação</b>				
Materiais sobressalentes	1.765	1.180	1.791	1.253
Máquinas e equipamentos	1.169	541	1.124	726
Instalações	260	21	261	79
Móveis e utensílios	48	15	47	21
Equipamentos de informática	29	-	29	-
Terreno - Direito de uso	14.624	12.564	14.018	12.215
Veículos - Direito de uso	278	-	278	-
<b>Total dos bens em operação</b>	<b>18.173</b>	<b>14.321</b>	<b>17.548</b>	<b>14.294</b>

**Serra Pará Participações S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

<b>Total do imobilizado</b>	<b>536.924</b>	<b>357.051</b>	<b>535.463</b>	<b>371.095</b>
-----------------------------	----------------	----------------	----------------	----------------

Todo o montante de depreciação foi reconhecido nos custos de produção. Os financiamentos com o BNDES (Nota 2.2.6) estão garantidos por 33 turbinas de geração de energia.

**2.3.1(a) Movimentações em 2025 e 2024**

Conforme determinado em contratos com proprietários de terras, foi provisionado pela Companhia o valor estimado para as despesas que serão incorridas pelo desmantelamento dos equipamentos e pela restauração e recuperação dos terrenos. A desmobilização foi capitalizada no ativo imobilizado e possui prazo final de amortização em 2061.

	Consolidado				
	Valor líquido em 31/12/2024	Ingressos/ Baixas	Atualização contratual	Depreciação/ Baixas	Valor líquido em 31/12/2025
<b>Imobilizado em operação</b>					
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	356.801	(583)	-	(13.488)	342.730
<b>Total do imobilizado em operação</b>	<b>356.801</b>	<b>(583)</b>	<b>-</b>	<b>(13.488)</b>	<b>342.730</b>
<b>Bens em operação</b>					
Materiais sobressalentes	1.253		-	(73)	1.180
Máquinas e equipamentos	726	-	-	(185)	541
Instalações	79	-	-	(58)	21
Móveis e utensílios	21	-	-	(6)	15
Terreno - Direito de uso	12.215	10	648	(309)	12.564
<b>Total dos bens em operação</b>	<b>14.294</b>	<b>10</b>	<b>648</b>	<b>(631)</b>	<b>14.321</b>
<b>Total do imobilizado</b>	<b>371.095</b>	<b>(573)</b>	<b>648</b>	<b>(14.119)</b>	<b>357.051</b>

	Consolidado				
	Valor líquido em 31/12/2023	Ingressos	Atualização contratual	Depreciação/ Baixas	Valor líquido em 31/12/2024
<b>Imobilizado em operação</b>					
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	369.828	836	-	(13.863)	356.801
<b>Total do imobilizado em operação</b>	<b>369.828</b>	<b>836</b>	<b>-</b>	<b>(13.863)</b>	<b>356.801</b>
<b>Bens em operação</b>					
Materiais sobressalentes	1.352	(26)	-	(73)	1.253
Máquinas e equipamentos	790	45	-	(109)	726
Instalações	101	(1)	-	(21)	79
Móveis e utensílios	26	1	-	(6)	21
Terreno - Direito de uso	11.905	3	603	(296)	12.215
<b>Total dos bens em operação</b>	<b>14.174</b>	<b>22</b>	<b>603</b>	<b>(505)</b>	<b>14.294</b>
<b>Total do imobilizado</b>	<b>384.002</b>	<b>858</b>	<b>603</b>	<b>(14.368)</b>	<b>371.095</b>

**Serra Pará Participações S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

**2.3.2 Intangível**

O valor registrado no Intangível corresponde, substancialmente, aos gastos incorridos no desenvolvimento do projeto de parque de geração de energia eólica, no município de Serra do Mel.

	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo Histórico	Valor líquido	Custo Histórico	Valor líquido
<b>Intangível em operação</b>				
Gastos desenvolvimento	7.620	3.437	7.620	3.558
Software	77	3	73	5
<b>Total do intangível em operação</b>	<b>7.697</b>	<b>3.440</b>	<b>7.693</b>	<b>3.563</b>
<b>Total do intangível</b>	<b>7.697</b>	<b>3.440</b>	<b>7.693</b>	<b>3.563</b>

**2.3.2(a) Movimentações em 2025 e 2024**

	Consolidado			
	Valor líquido em 31/12/2024	Ingressos	Amortização	Valor líquido em 31/12/2025
<b>Intangível em operação</b>				
Gastos desenvolvimento	3.558	196	(317)	3.437
Software	5	-	(2)	3
<b>Total do intangível em operação</b>	<b>3.563</b>	<b>196</b>	<b>(319)</b>	<b>3.440</b>
<b>Total</b>	<b>3.563</b>	<b>196</b>	<b>(319)</b>	<b>3.440</b>

	Consolidado			
	Valor líquido em 31/12/2023	Ingressos	Amortização	Valor líquido em 31/12/2024
<b>Intangível em operação</b>				
Gastos desenvolvimento	3.770	-	(212)	3.558
Software	3	4	(2)	5
<b>Total do intangível em operação</b>	<b>3.773</b>	<b>4</b>	<b>(214)</b>	<b>3.563</b>
<b>Total</b>	<b>3.773</b>	<b>4</b>	<b>(214)</b>	<b>3.563</b>

**Serra Pará Participações S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

**2.3.3 Investimentos**

Companhias	Ações Ordinárias		% de participação sobre o capital social		Ativos Totais		Passivos (Circulantes e Não circulantes)	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Vila Amazonas V	54.913	54.913	100%	100%	118.943	113.581	58.504	53.605
Vila Pará I	59.242	59.242	100%	100%	126.445	122.849	60.406	59.130
Vila Pará II	57.068	57.068	100%	100%	115.836	110.984	51.865	49.810
Vila Pará III	58.030	58.030	100%	100%	115.418	111.614	51.027	48.997
<b>Total Investimento</b>					<b>476.642</b>	<b>459.028</b>	<b>221.802</b>	<b>211.542</b>

Companhias	Patrimônio líquido		Receita líquida		Resultado do exercício	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Vila Amazonas V	60.439	59.976	16.941	19.549	608	3.612
Vila Pará I	66.039	63.719	22.331	21.524	3.043	3.784
Vila Pará II	63.971	61.174	20.772	19.706	3.669	3.351
Vila Pará III	64.392	62.617	19.104	20.480	2.329	4.385
<b>Total Investimento</b>	<b>254.841</b>	<b>247.486</b>	<b>79.148</b>	<b>81.259</b>	<b>9.547</b>	<b>15.132</b>

**2.3.3(a) Movimentações 2025 e 2024**

	Vila Amazonas V	Vila Pará I	Vila Pará II	Vila Pará III	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	59.976	63.719	61.174	62.617	247.486
Equivalência patrimonial	608	3.043	3.669	2.327	9.647
Dividendos	(145)	(723)	(872)	(552)	(2.292)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>60.439</b>	<b>66.039</b>	<b>63.971</b>	<b>64.392</b>	<b>254.841</b>

	Vila Amazonas V	Vila Pará I	Vila Pará II	Vila Pará III	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	74.140	77.097	72.197	73.128	296.562
Aumento (redução) de capital	(13.098)	(13.788)	(9.737)	(10.729)	(47.352)
Equivalência patrimonial	3.612	3.784	3.351	4.384	15.131
Dividendos recebidos	(4.678)	(3.374)	(4.637)	(4.166)	(16.855)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>59.976</b>	<b>63.719</b>	<b>61.174</b>	<b>62.617</b>	<b>247.486</b>

**2.4 Patrimônio líquido****2.4.1 Capital social**

O capital social da Companhia é de R\$ 230.001, dividido em 230.000.657 ações ordinárias nominativas (em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 230.001 divididos em 230.000.657 ações ordinárias), sem valor nominal, integralmente detidas pela Serra Pará I Participações S.A.

Conforme AGE datada de 02 de maio de 2024, foi autorizada pela acionista a redução de capital no valor de R\$ 32.380 (trinta e dois milhões, trezentos e oitenta mil reais), mediante o cancelamento de 32.380.141 (trinta e dois milhões, trezentos e oitenta mil, cento e quarenta e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando assim o capital social da

**Serra Pará Participações S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Companhia para R\$ 229.831 (duzentos e vinte e nove milhões, oitocentos e trinta e um mil reais), dividido em 229.830.657 (duzentos e vinte e nove milhões, oitocentos e trinta mil, seiscentos e cinquenta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em AGE datada de 01 de outubro de 2024, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$ 170 (cento e setenta mil reais, mediante a emissão de 170.000 (cento e setenta mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

**2.4.2 Destinação do lucro**

As ações têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº6.404/76, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos terceiro e quarto do Artigo 202 da referida lei.

O saldo restante do lucro líquido ajustado deverá permanecer na conta de lucros acumulados até que a Assembleia Geral delibere sobre sua destinação.

Em 12 de abril de 2024, através de Assembleia Geral Ordinária, a Companhia deliberou dividendos adicionais referente a 2023 no montante de R\$ 50.961.

O contrato de financiamento assinado com o BNDES inclui uma cláusula de Alienação Fiduciária da Totalidade das Ações, proibindo a distribuição de qualquer tipo de dividendo, excluído o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado, até a fim de vigência destes (financiamento com o BNDES vigente até novembro de 2033).

A Companhia apresentou lucro em 31 de dezembro de 2025 e 2024, que foi destinado da seguinte forma:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido apurado no exercício	9.633	16.285
Constituição da reserva legal - 5%	(481)	(815)
	<u>9.152</u>	<u>15.470</u>
<b>Destinação do Lucro:</b>	<u>9.152</u>	<u>15.470</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	2.288	3.868
Lucros retidos a deliberar	6.864	11.602

**3. Estimativas críticas e riscos**

Esta seção apresenta os variados riscos aos quais está exposta a Companhia e demonstra como esses riscos poderiam impactar as demonstrações financeiras da Companhia e sua performance.

**3.1 Estimativas críticas e julgamentos**

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

## Serra Pará Participações S.A.



### Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

---

#### Depreciação e amortização do ativo fixo

A depreciação/ amortização do ativo fixo leva em consideração premissas com alto grau de julgamento, tais como a vida útil e valor residual dos ativos. Quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar na alteração das taxas de depreciação/ amortização e, como consequência, na valorização do ativo fixo.

#### Determinação estimativa de custos desmobilização e taxa de desconto da provisão para desmobilização

As provisões para desmobilização são contabilizadas com base na melhor estimativa da Administração na data de mensuração sobre os custos futuros utilizando a premissa da taxa de desconto. O período entre o reconhecimento inicial e a efetivação da desmobilização, assim como a variação na taxa de desconto, podem ocasionar variações no valor reconhecido, dessa forma, a provisão é revisada periodicamente conforme o curso do negócio para que todas estas possíveis alterações sejam mapeadas gerando contrapartida no custo do ativo.

#### Cálculo da provisão ressarcimento no âmbito do contrato de fornecimento

A provisão para perda/ ressarcimento do contrato de fornecimento de energia é baseada, principalmente, na geração futura de ventos. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essa premissa, com base em estudos técnicos.

#### Determinação da taxa efetiva de juros para fins de valorização dos empréstimos e financiamento

Os empréstimos e financiamentos são mensurados de acordo com o método da taxa efetiva de juros, que é determinada com base na premissa de fluxos de caixa do contrato e julgamento de quais custos são elegíveis como "custos de transação".

Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua efetivação. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

## 3.2 Gestão de riscos

A administração dos riscos é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela diretoria e aprovados pela Diretoria da Companhia.

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos, tais como o risco regulatório, riscos de mercado (incluindo risco de taxa de juros e risco de crédito) e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Na elaboração das análises de sensibilidade por fator de risco, a Companhia efetuou os seguintes procedimentos:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia;
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia; e
- Definição de cenários adicionais na variável de risco considerada.

## 3.3 Risco regulatório

A atividade da Companhia, assim como a atividade de seus concorrentes, é regulamentada e fiscalizada pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do grupo.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro 2025**

 Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma
 

---

### 3.4 Riscos de mercado

#### 3.4.1 Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre, principalmente, de empréstimos e financiamentos de longo prazo.

O financiamento adquirido junto ao BNDES possui taxas variáveis e expõe a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos adquiridos junto as empresas do grupo possuem taxas fixas.

### 3.5 Risco de crédito

O risco de inadimplência impacta as receitas de maneiras uniformes, tanto a energia repassada para a CCEE ou Terceiros, de acordo com os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”).

Os contratos regulados da Companhia são vendidos diretamente às Distribuidoras que participaram no Leilão de compra de energia. Existe a possibilidade de inadimplência por parte destas distribuidoras, e para mitigar esse risco, estas apresentam um contrato de garantia financeira.

### 3.6 Risco de liquidez

O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado de forma centralizada pela controladora, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é investido em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazos e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2025 e 2024, conforme apresentado abaixo:

	Controladora				Total
	Menos de um ano	Entre um ano e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>					
Fornecedores	2	-	-	-	2
Dividendos - Partes relacionadas	2.288	-	-	-	2.288
Contas a pagar – Partes relacionadas	277	-	-	-	277
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>					
Fornecedores	3	-	-	-	3
Dividendos - Partes relacionadas	3.867	-	-	-	3.867

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado				Total
	Menos de um ano	Entre um ano e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>					
Fornecedores	14.557	-	-	-	14.557
Empréstimos e financiamentos	19.046	28.559	69.682	22.061	139.348
Penalidades Contratuais	46.604	-	-	-	46.604
Dividendos - Partes relacionadas	2.288	-	-	-	2.288
Contas a pagar - Partes relacionadas	1.126	-	-	-	1.126
Passivos de Arrendamentos	39	78	156	13.911	14.184
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>					
Fornecedores	11.458	-	-	-	11.458
Empréstimos e financiamentos	18.171	17.431	52.293	62.379	150.274
Penalidades Contratuais	7.596	-	22.583	-	30.179
Dividendos - Partes relacionadas	3.867	-	-	-	3.867
Contas a pagar - Partes relacionadas	385	-	-	-	385
Passivos de Arrendamentos	34	68	136	13.327	13.565

## 4. Itens não reconhecidos

Esta seção provê informações sobre itens que não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras uma vez que não atendem (ainda) os requisitos para seu reconhecimento.

### 4.1 Contingências

A Companhia é parte em ações judiciais perante tribunais decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões cíveis e trabalhistas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão para essas causas com expectativa de perda considerada provável, que em 31 de dezembro de 2025 eram no montante de R\$ 90 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024), na Usina de Energia Eólica Vila Amazonas V.

#### 4.1.1 Perdas possíveis não provisionadas no balanço

Além disso, a Companhia figura no polo passivo de ações judiciais de natureza cível e trabalhista classificadas com probabilidade de perda possível, relacionadas, principalmente, a questões decorrentes da implantação, operação e manutenção de parques eólicos, bem como a alegações de responsabilidade subsidiária em demandas envolvendo prestadores de serviços terceirizados. Tais contingências envolvem, em síntese: (i) alegações de ruídos, vibrações e impactos estruturais em imóveis vizinhos aos empreendimentos; (ii) pedidos de indenização por danos morais e materiais; (iii) discussões sobre supostos impactos socioambientais; (iv) Ação Civil Pública envolvendo alegações de impactos ambientais e pedidos de readequação de empreendimentos; e (v) reclamações trabalhistas envolvendo, principalmente, pedidos relacionados a verbas rescisórias, FGTS, multas legais e demais obrigações trabalhistas atribuídas subsidiariamente à Companhia.

Os processos encontram-se, em sua maioria, em fase de conhecimento ou recursal, incluindo demandas em instrução probatória, com realização ou determinação de perícias técnicas judiciais, bem como reclamações trabalhistas com recursos pendentes de apreciação. Não há, até a data-base, elementos que caracterizem obrigação presente provável que demande constituição de provisão.

As ações cíveis individuais possuem, em geral, valores pleiteados entre R\$ 200 mil e R\$ 350 mil por autor, com valores atualizados por processo variando aproximadamente entre R\$ 229 mil e R\$ 400 mil. No caso da Ação Civil Pública, há pedidos de maior materialidade econômica, incluindo indenização por danos morais coletivos ambientais no montante aproximado de

**Serra Pará Participações S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

R\$ 106,4 milhões, além de obrigações de fazer relacionadas à readequação de empreendimentos e pleitos individuais homogêneos associados. As reclamações trabalhistas classificadas como perda possível totalizam aproximadamente R\$ 114 mil, considerando os valores atualizados atribuídos aos processos em andamento.

A Administração, com base nas informações disponíveis, entende que as demandas envolvem incertezas relevantes quanto ao desfecho, incluindo dependência de prova técnica especializada, matérias ainda sujeitas a apreciação judicial e recursos pendentes, não sendo possível, neste momento, concluir pela existência de obrigação presente provável ou mensurável com suficiente confiabilidade.

**5. Outras informações**

Esta seção inclui outras informações que devem ser divulgadas para cumprimento das exigências das normas contábeis e outros pronunciamentos.

**5.1 Transações com partes relacionadas**

A Companhia possui contas a pagar com as empresas do grupo Voltalia como segue.

**5.1.1 Saldos e transações**

	Controladora					
	31/12/2025			31/12/2024		
	Ativo Dividendos	Passivo contas a pagar	Passivo dividendos	Ativo Dividendos	Passivo contas a pagar	Passivo dividendos
<b>Circulante</b>						
Usina de Energia Eólica Vila Amazonas V SPE S.A	183	-	-	858	-	-
Usina de Energia Eólica Vila Pará I SPE S.A	763	-	-	899	-	-
Usina de Energia Eólica Vila Pará II SPE S.A	872	-	-	796	-	-
Usina de Energia Eólica Vila Pará III SPE S.A	552	-	-	1.041	-	-
Serra Pará I Participações S.A	-	277	2.366	-	-	3.867
<b>Total circulante</b>	<b>2.370</b>	<b>277</b>	<b>2.366</b>	<b>3.594</b>	<b>-</b>	<b>3.867</b>
<b>Total</b>	<b>2.370</b>	<b>277</b>	<b>2.366</b>	<b>3.594</b>	<b>-</b>	<b>3.867</b>

	Consolidado					
	31/12/2025					
	Ativo contas a receber	Passivo contas a pagar	Passivo dividendos	Resultado (Vendas internas)	Resultado (Compras internas)	Resultado (Serviços/gastos administrativos)
<b>Circulante</b>						
Serra Para I Participações S.A	-	277	2.366	-	-	-
Voltalia do Brasil Comerc Energia Ltda	47	244	-	1.176	(1.841)	-
Voltalia Serviços do Brasil Ltda	-	181	-	-	-	(724)
Voltalia Energia do Brasil Ltda	-	424	-	-	-	(3.152)
<b>Total circulante</b>	<b>47</b>	<b>1.126</b>	<b>2.366</b>	<b>1.176</b>	<b>(1.841)</b>	<b>(3.876)</b>
<b>Total</b>	<b>47</b>	<b>1.126</b>	<b>2.366</b>	<b>1.176</b>	<b>(1.841)</b>	<b>(3.876)</b>

	Consolidado					
	31/12/2024					
	Ativo contas a receber	Passivo contas a pagar	Passivo dividendos	Resultado (Vendas internas)	Resultado (Compras internas)	Resultado (Serviços/gastos administrativos)
<b>Circulante</b>						
Serra Para I Participações S.A	-	-	3.867	-	-	-
Voltalia do Brasil Comerc Energia Ltda	913	57	-	3.717	(1.177)	(38)
Voltalia Serviços do Brasil Ltda	-	54	-	-	-	(628)
Voltalia Energia do Brasil Ltda	-	274	-	-	-	(2.277)
<b>Total circulante</b>	<b>913</b>	<b>385</b>	<b>3.867</b>	<b>3.717</b>	<b>(1.177)</b>	<b>(2.943)</b>
<b>Total</b>	<b>913</b>	<b>385</b>	<b>3.867</b>	<b>3.717</b>	<b>(1.177)</b>	<b>(2.943)</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

## 5.2 Seguros

Os seguros contratados seguem a política da Companhia no que tange à cobertura de ativos próprios de acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-financeiro. As principais coberturas de seguros da Companhia estão associadas a riscos em construções, instalação e montagem das torres eólicas.

SEGUROS VIGENTES PARA O COMPLEXO DE SPA			
RAMO	EMPRESA	VIGÊNCIA / SEGURADORA	IMPORTÂNCIA SEGURADA
<b>GARANTIA</b>			
<b>RISCOS OPERACIONAIS</b>	<b>Amazonas V</b>	13/12/2025 a 13/12/2027 - SWISS RE	173.943
	<b>Vila Para I</b>	13/12/2025 a 13/12/2027 - SWISS RE	192.369
	<b>Vila Para II</b>	13/12/2025 a 13/12/2027 - SWISS RE	173.943
	<b>Vila Para III</b>	13/12/2025 a 13/12/2027 - SWISS RE	171.506
<b>RESPONSABILIDADE CIVIL</b>	<b>Amazonas V</b>	29/11/2024 a 29/11/2026 - TOKIO MARINE	657
	<b>Vila Para I</b>	29/11/2024 a 29/11/2026 - TOKIO MARINE	729
	<b>Vila Para II</b>	29/11/2024 a 29/11/2026 - TOKIO MARINE	657
	<b>Vila Para III</b>	29/11/2024 a 29/11/2026 - TOKIO MARINE	708

## 6. Principais práticas contábeis adotadas

### 6.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

### 6.2 Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação. São registrados como parte dos custos dos honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente.

A depreciação dos ativos é calculada com base no método linear durante a vida útil, que é estimada como segue:

- Benfeitorias em imóveis de terceiros - 5-15 anos.
- Máquinas - 10 anos.
- Veículos - 5 anos.
- Móveis, utensílios e equipamentos - 10 anos.
- Equipamentos de processamento de dados - 5 anos.
- Instalações - 10 anos.
- Turbinas Eólicas – 32 anos.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro 2025**Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

---

O valor de um ativo é reduzido imediatamente para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas)", na demonstração do resultado do exercício.

**Desmobilização**

As provisões dos custos de desmobilização dos ativos são efetuadas com base no valor presente dos custos futuros estimados para desmantelamento utilizando a premissa da taxa de desconto. São reconhecidas em contrapartida ao ativo correspondente e acrescidas pela atualização financeira alocada no resultado financeiro no momento do seu reconhecimento.

**6.3 Intangível****6.3.1 Ativos intangíveis separadamente adquiridos**

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e *impairment*. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os *softwares* corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada.

Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

A amortização dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear durante a vida útil e o tempo de contrato de 25 anos.

**6.3.2 Ativos Intangíveis internamente gerados**

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente resultante dos gastos com a fase de desenvolvimento dos projetos internos é reconhecido se, e somente se, as seguintes condições são atendidas:

- Viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- Intenção e capacidade de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- Alta probabilidade de gerar benefícios econômicos futuros;
- Disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e
- Capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro 2025**Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

---

internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são contabilizados pelo valor de custo, deduzido da amortização acumulada e de eventual ajuste ao valor recuperável.

**6.3.3 Baixa de ativos intangíveis**

Um ativo intangível é baixado quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como as diferenças entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

**6.4 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)****6.4.1 Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não aceitaria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

**6.4.2 Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada exercício de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, não havia evidência que indicasse que o valor contábil líquido excedesse o valor recuperável.

**6.5 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

**6.6 Provisões**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro 2025**Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

---

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando há riscos prováveis de perda nas ações judiciais e processos administrativos junto a tribunais e órgãos governamentais que envolvam questões tributárias, trabalhistas, cíveis ou outros assuntos em que a Companhia figure como parte passiva.

## 6.7 Tributação

### 6.7.1 Tributos sobre a receita operacional

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para o programa de integração social (“PIS”), alíquota de 0,65%;
- Contribuição para o financiamento da seguridade social (“COFINS”), alíquota de 3%; e
- Imposto sobre serviços (“ISS”), alíquota de 5%.

Esses encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado do exercício.

### 6.7.2 Tributos sobre o lucro

#### Impostos correntes

O imposto de renda e a contribuição social são calculados de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime do Lucro Presumido. De acordo com essa sistemática, o imposto de renda e a contribuição social são calculados a razão de 8% e 12% da receita bruta, respectivamente. Para receita de serviços e receitas financeiras, as bases de cálculo são 32% e 100%, respectivamente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no exercício de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência.

#### Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro 2025**Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

---

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos no final de cada exercício.

**6.8 Outros ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

**6.9 Reconhecimento de receita - Consolidado**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades das investidas diretas da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. Na prática, a Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado valorizados ao preço do contrato.

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

**6.10 Instrumentos financeiros**

Os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo, incluindo os custos da transação se não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Os investimentos em instrumentos financeiros mantidos pela Companhia, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras de longo prazo, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

Os passivos financeiros estão representados pelos saldos de fornecedores, contas a pagar/mútuos com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação estiver revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro 2025**

 Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma
 

---

**6.11 Passivo de arrendamentos**

O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido.

A depreciação do ativo de direito de uso dos ativos é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente de cada contrato, sendo reconhecida no resultado do exercício na linha competente à sua natureza (“Custo dos produtos vendidos” / “Despesas Administrativas” / “Despesas Comerciais”), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no “Resultado financeiro”.

A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.

A taxa de desconto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 utilizadas para as operações de arrendamento de terrenos e aluguel das salas comerciais foram de 8,84% ao ano. As taxas foram obtidas por operações financiamentos para ativos destas classes, líquido de inflação.

**6.12 Novos pronunciamentos em vigor no exercício corrente**

No exercício corrente, a Companhia aplicou as seguintes alterações às IFRS Accounting Standards emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), bem como novas orientações técnicas, que são obrigatoriamente válidas para um período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2025. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

**Alterações à IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulado Falta de conversibilidade**

As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for.

**OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO<sub>2</sub>e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarboxinação (CBIO)**

Esta orientação técnica visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO<sub>2</sub>e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarboxinação (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro.

Não foram identificados impactos materiais na adoção dos pronunciamentos.

**6.13 Normas emitidas, mas ainda não vigentes**

As seguintes alterações de normas foram emitidas, mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

**Pronunciamento Técnico CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis**

O Edital de Audiência Pública nº 01/2025 submeteu à consulta pública conjunta a minuta do Pronunciamento Técnico CPC 51. O CPC 51 está alinhado à IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements e substituirá o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis. Caso seja aprovado, o novo pronunciamento deverá ser adotado para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027.

**Serra Pará Participações S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

**Edital de Audiência Pública nº 02/2025 Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28 –  
Alterações decorrentes do Pronunciamento Técnico CPC 51 (IFRS 18)**

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ofereceram à Audiência Pública Conjunta a Minuta de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28. A revisão está alinhada ao Anexo D da IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements e atualiza diversas normas contábeis brasileiras para alinhá-las à IFRS 18 / CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis. As mudanças abrangem ajustes de referências, inclusão e exclusão de itens em vários CPCs (CPC 37, CPC 45, CPC 46, CPC 47 e CPC 06 R2), além de novas exigências de apresentação e transparência nas demonstrações financeiras, reforçando a comparabilidade internacional. A aplicação obrigatória tem início em 1º de janeiro de 2027, estando o texto em audiência pública.

**IFRS 19 – Subsidiárias sem Obrigação Pública**

Em maio de 2025, o IASB emitiu a IFRS 19 que permite que uma subsidiária, quando elegível, apresente divulgações reduzidas quando adotar as IFRS como padrão em suas demonstrações financeiras. Poderão adotar a norma as entidades que não tiverem obrigação pública e em casos em que sua controladora divulgue as demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS para o uso público. Tais mudanças serão válidas a partir de 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a aplicação antecipada.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

**Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 “Acordos de financiamento de fornecedores”**

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

\* \* \*

## Fale conosco

### *Brasil*

*Rua do Passeio, 78 -14º andar | Centro  
CEP: 20021-290 - Rio de Janeiro, Brasil  
T.+55 2221-7190*



[www.voltalia.com](http://www.voltalia.com)     